

# PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO 2021

*Elisabeth Barros de Santana*

**PREFEITA**

**Prefeitura Municipal de Brejão**

## **RESOLUÇÃO 147/2021 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIACIONES PATRIMONIAIS**

**PREFEITURA - ISOLADO**



Documento Assinado Digitalmente por: JULIO CESAR SAMPÃO DE MELLO, ELISABETH BARROS DE SANTANA, EDER MARCONE VIEIRA  
cesse em: <https://eicf.tce.pe.gov.br/epp/validador.seam> Código do documento: c00933859-0025-459e-ae0b-8c864561abf

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJAO****ANEXO 15 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**

Dezembro(31/12/2021)

ISOLADO:2 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJAO

Exercício de 2021

| VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS                           |      |                      |                                    |   |      |                      |                      |
|--|------|----------------------|------------------------------------|---|------|----------------------|----------------------|
| VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS                            |      |                      | VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS |   |      |                      |                      |
| ESPECIFICAÇÃO  | Nota | Exercício Atual      | Exercício Anterior                 | ESPECIFICAÇÃO   | Nota | Exercício Atual      | Exercício Anterior   |
| <b>IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA</b>             |      | <b>630.977,04</b>    | <b>724.037,57</b>                  | <b>PESSOAL E ENCARGOS</b>                                     |      | <b>12.481.252,66</b> | <b>3.231.413,57</b>  |
| IMPOSTOS   |      | 541.435,05           | 662.408,42                         | REMUNERAÇÃO A PESSOAL   |      | 3.516.373,87         | 2.572.441,39         |
| TAXAS  |      | 89.541,99            | 58.734,83                          | ENCARGOS PATRONAIS  |      | 8.964.878,79         | 658.972,18           |
| CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA                                      |      | 0,00                 | 2.894,32                           | <b>BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS</b>             |      | <b>536.869,20</b>    | <b>599.796,01</b>    |
| <b>CONTRIBUIÇÕES</b>   |      | <b>143.953,87</b>    | <b>30.931,83</b>                   | APOSENTADORIAS E REFORMAS                                     |      | 536.869,20           | 599.796,01           |
| CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA                             |      | 143.953,87           | 30.931,83                          | <b>USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO</b>        |      | <b>3.942.943,95</b>  | <b>3.568.636,32</b>  |
| <b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS</b>         |      | <b>12.159,94</b>     | <b>8.094,17</b>                    | USO DE MATERIAL DE CONSUMO                                    |      | 1.349.778,26         | 635.259,75           |
| JUROS E ENCARGOS DE MORA                                       |      | 4.832,32             | 7.129,47                           | SERVIÇOS  |      | 2.340.700,55         | 2.516.212,13         |
| REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS    |      | 7.327,62             | 964,70                             | DEPRECIACÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO                           |      | 252.465,14           | 417.164,44           |
| <b>TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS</b>                   |      | <b>16.633.711,89</b> | <b>12.851.934,37</b>               | <b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS</b>         |      | <b>39.092,45</b>     | <b>18.975,07</b>     |
| TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS                            |      | 16.633.711,89        | 12.851.934,37                      | JUROS E ENCARGOS DE MORA                                      |      | 39.092,45            | 18.975,07            |
| <b>VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PA</b> |      | <b>14.709,49</b>     | <b>1.380,01</b>                    | <b>TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS</b>                 |      | <b>7.492.285,80</b>  | <b>6.225.078,33</b>  |
| GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS                         |      | 14.709,49            | 1.380,01                           | TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS                            |      | 7.492.285,80         | 6.225.078,33         |
| <b>OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>              |      | <b>1.747.180,97</b>  | <b>2.183,76</b>                    | <b>DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PA</b>  |      | <b>50.070,97</b>     | <b>0,00</b>          |
| DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS                   |      | 1.747.180,97         | 2.183,76                           | REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS |      | 50.070,97            | 0,00                 |
| <b>TOTAL DAS VARIAÇÕES AUMENTATIVAS</b>                        |      | <b>19.182.693,20</b> | <b>13.618.561,71</b>               | <b>TRIBUTÁRIAS</b>  |      | <b>133.047,35</b>    | <b>4.324,53</b>      |
| <b>RESULTADO PATRIMONIAL (DÉFICIT)</b>                         |      | <b>5.510.487,68</b>  | <b>203.450,60</b>                  | CONTRIBUIÇÕES   |      | 133.047,35           | 4.324,53             |
| <b>TOTAL</b>   |      | <b>24.693.180,88</b> | <b>13.822.012,31</b>               | <b>OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>              |      | <b>17.618,50</b>     | <b>173.788,48</b>    |
|  |      |                      |                                    | PREMIAÇÕES  |      | 0,00                 | 62.675,47            |
|  |      |                      |                                    | DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS                   |      | 17.618,50            | 111.113,01           |
|  |      |                      |                                    | <b>TOTAL DAS VARIAÇÕES DIMINUTIVAS</b>                        |      | <b>24.693.180,88</b> | <b>13.822.012,31</b> |
|  |      |                      |                                    | <b>TOTAL</b>  |      | <b>24.693.180,88</b> | <b>13.822.012,31</b> |

SANDOVAL CADENGUE DE SANTANA  
ORDENADOR DA DESPESA  
238.472.984-53

EDER MARCONE VIEIRA  
CONTADOR  
042.014.874-40

JOSE CADENGUE LIRA NETO  
SEC DE FINANÇAS  
103.218.494-93

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJAO****ANEXO 15 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**

Dezembro(31/12/2021)

ISOLADO:2 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJAO

Exercício de 2021

| <b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS</b><br>(DECORRENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA) |      |                   |                    |
|--|------|-------------------|--------------------|
| ESPECIFICAÇÃO  | Nota | Exercício Atual   | Exercício Anterior |
| <b>INCORPORAÇÃO DE ATIVO</b>   |      | <b>430.064,10</b> | <b>7.999,00</b>    |
| INVESTIMENTOS  |      | 430.064,10        | 7.999,00           |
| <b>DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVO</b>  |      | <b>328.572,30</b> | <b>253.224,21</b>  |
| AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA  |      | 328.572,30        | 253.224,21         |

SANDOVAL CADENGUE DE SANTANA  
ORDENADOR DA DESPESA  
238.472.984-53

EDER MARCONE VIEIRA  
CONTADOR  
042.014.874-40

JOSE CADENGUE LIRA NETO  
SEC DE FINANÇAS  
103.218.494-93



# Apresentação

A Demonstração das Variações Patrimoniais Individual (DVPI) foi elaborada em conformidade como Anexo 15 da Lei Federal nº 4.320/64, o qual teve sua estrutura atualizada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), através do item 5, da Parte V, da 8ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), conforme Portaria STN nº 877, de 18 de dezembro de 2018, bem como pelas Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 05.

As operações de natureza orçamentária e patrimonial que deram suporte a elaboração desta demonstração sofreu interferência de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela *International Federation of Accountants (IFAC)*, respectivamente.

Vale salientar que a Lei nº 4.320/1964:

*“Como visto, ao tratar do patrimônio, a partir do Título IX, que trata da Contabilidade, verifica-se uma preocupação do legislador com procedimentos contábeis que resguardem o aspecto patrimonial principalmente nos artigos 85, 89, 100 e 104 da referida lei. Título IX Da Contabilidade [...] Art. 85. Os serviços de contabilidade serão organizados de forma a permitirem o acompanhamento da execução orçamentária, o conhecimento da composição patrimonial, a determinação dos custos dos serviços industriais, o levantamento dos balanços gerais, a análise e a interpretação dos resultados econômicos e financeiros. [...] Art. 89. A contabilidade evidenciará os fatos ligados à administração orçamentária, financeira, patrimonial e industrial. [...] Art. 100. As alterações da situação líquida patrimonial, que abrangem os resultados da execução orçamentária, bem como as variações*





*independentes dessa execução e as superveniências e insubsistências ativas e passivas, constituirão elementos da conta patrimonial. [...] Art. 104. A Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício (BRASIL, 1964) (Grifos nossos). Observa-se que, além do registro de fatos ligados à execução orçamentária, exige-se a evidenciação de fatos ligados à administração financeira e patrimonial, obrigando esses aspectos modificativos sejam levados à conta de resultado e as informações contábeis permitam o conhecimento da composição patrimonial e dos resultados econômicos e financeiros de determinado exercício. Portanto, com o objetivo de evidenciar o impacto no Patrimônio, deve haver o registro da variação patrimonial aumentativa e diminutiva em função do fato gerador, observandose os Princípios Contábeis da Competência e da Oportunidade". (João Eudes Bezerra Filho e Paulo Henrique Feijó, Revista TCE-PE)*

As ferramentas contábeis disponíveis para a Elaboração deste balanço foram registradas em sistema de Contabilidade Pública SCP9, homologado e disponibilizado pela empresa Fiorilli, o processamento de dados é totalmente informatizado, em partidas dobradas os quais atendem ao padrão mínimo exigido pelo Decreto Federal nº 7.185, de 27 de maio de 2010. Sendo operacionalizados durante o exercício de 2021. Sendo realizado este processamento pelos servidores municipais efetivos e comissionados, supervisionados pelos diretores de contabilidade dentro de suas respectivas

Documentos Assinados Digitalmente por: JUIZ CESAR SA PAIAO DE MENDO, ELISABETH BARROS DE SANTANA, EDER MARCONI VIEIRA  
Assesse em: https://tce.tce.gov.br/epp/v/audaDoc/Doc/eam/Qua/Documento: c00c5d89-0026-484a-ae0b-806456f851ff



repartições, devidamente assessorados pela M V ASSESSORIA E CONSULTORIA  
MUNICIPAL

A Demonstração das Variações Patrimoniais Individual (DVPI), evidencia alterações quantitativas verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária indicando o resultado patrimonial do exercício.

Integra-se ao demonstrativo as notas explicativas, elaboradas em conformidade com o MCASP e item 8 da Resolução TCE-PE nº 147/ 2021, conforme anexos XIX e XXIII.

Para melhor compreensão por parte dos usuários das informações contábeis foram feitos ajustes na estrutura do balanço para atender as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) criado pelo TCE-PE.

A Demonstração das Variações Patrimoniais do exercício de 2021, apresenta R\$ 19.182.693,20, relativo as variações patrimoniais aumentativas, dentre elas, as receitas públicas efetivas, enquanto as variações patrimoniais diminutivas totalizaram R\$ 24.693.180,88, dentre elas as despesas públicas efetivas.

A seguir será apresentada a demonstração das variações patrimoniais na íntegra e na sequência as Notas Explicativas.

ELISABETH BARROS DE SANTANA  
PREFEITA

Documento Assinado Digitalmente por: JULIO CESAR SARAIVA DE MELLO, ELISABETH BARROS DE SANTANA, ADERSONE VIEIRA  
Assinse em: [https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam?modo=1&id\\_documento=0093d89-0026-484e-ae0b-88864561ab94](https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam?modo=1&id_documento=0093d89-0026-484e-ae0b-88864561ab94)





## a) Informações Gerais:

|   |
|---|
| <b>Nome do órgão ou entidade:</b><br>Prefeitura Municipal de Brejão – PE ( PMT)   |
| <b>Natureza jurídica (conforme código da RFB):</b><br>124-4 - Município.  |
| <b>CNPJ:</b> 10.131.076/0001-00   |
| <b>Domicílio do órgão ou entidade:</b><br>Rua Melquíades Bernardes, S/N – CEP: 55325-000. CODIGO DO MUNICÍPIO: 2602407  |
| <b>Natureza das operações e principais atividades do órgão ou entidade:</b><br>A Prefeitura Municipal de Brejão concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 124- 4 “Município” possui como atividade principal “a administração pública geral”. Tem como atividade principal a manutenção das ações e serviços públicos municipais, bem como a realização de investimentos necessários no serviço público e infraestrutura urbana. A natureza de suas operações deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital). A população estimada pelo IBGE é de 6.737 habitantes, tendo como coeficiente do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) o índice de 0,6. Durante o exercício de 2019 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 924 de 30 de novembro de 2019 (LOA para o ano de 2020)   |
| <b>Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:</b> Este balanço contábil foi elaborado de acordo com a estrutura definida na Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SOF nº 07, de 18 de dezembro de 2018 e Portaria STN nº 840, de 21 de dezembro de 2016 que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 7ª Edição. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual e NBC TSP 16.7 Consolidação das Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos a de número 9, 12, 16, 17, 19, 21, 23, 26, 31, 32. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE. |
| <b>Consolidação das demonstrações contábeis:</b><br>A consolidação desta demonstração contábil abrange o Poder Legislativo e Executivo, bem como os órgãos da administração direta e indireta, incluindo os fundos, conforme relação a seguir: 1) Câmara Municipal de Vereadores de Brejão; 2) Prefeitura Municipal de Brejão; 3) Fundos Municipal de Saúde (FMS); 4) Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS); 5) Fundo de Previdência Própria dos Servidores Municipais de Brejão - PE.   |
| <b>Dados do gestor (Prefeito do Município):</b><br>Nome: Elisabeth Barros de Santana.<br>Cargo: Prefeita.<br>Período de gestão: 01/01/2021 a 31/12/2021   |
| <b>Dados do contador da Prefeitura e demais Fundos responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis, consolidação e elaboração das notas explicativas:</b><br>Nome: Eder Marconi Vieira. CRC-PE nº PE-027904/O-8. E-mail: eddervieira@gmail.com   |
| <b>Dados do Secretário de Finanças responsável pela execução orçamentária, financeira e patrimonial Prefeitura Municipal:</b><br>Nome: SANDOVAL CADENGUE DE SANTANA.  |
| <b>Dados do Controlador Geral do Município:</b><br>Nome: Julio César Sampaio.   |
| <b>Nome do Software de Contabilidade utilizado no município:</b><br>Fiorilli – SCPI   |
| <b>Endereço eletrônico do Portal da Transparência:</b><br><a href="http://brejao.pe.gov.br/transparencia">www. http://brejao.pe.gov.br/transparencia</a>  |



## B) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

**b.1. Resumo das políticas contábeis significativas:** Os registros dos atos e fatos que deram suporte a elaboração desta demonstração, seguiram os princípios contábeis da entidade, continuidade, oportunidade, registro pelo valor original, competência e prudência, implícitos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Os lançamentos nos sistemas orçamentário e patrimonial foram realizados pelo método das partidas dobradas em atendimento ao art. 86 da Lei Federal nº 4.320/64. A estrutura das demonstrações contábeis obedeceu às regras estabelecidas na parte V do MCASP 7ª Edição da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Na consolidação das demonstrações contábeis não foi considerado o 5º nível igual a 2 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). A Nota 1 “a” do Anexo I da Resolução TC nº 147/2021 trata da necessidade de agregação (soma) dos dados contábeis das entidades não de exclusão de contas do 5º nível. A moeda funcional do município é o real (R\$). Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente. Na consolidação das demonstrações contábeis não foram excluídas as transações recíprocas de natureza intra-orçamentárias conforme Nota 1 “a” do Anexo I da Resolução TCE-PE nº 147/2021.

**b.2. Bases de mensuração utilizadas:** O Demonstrativo das Variações Patrimoniais foi elaborado sobre o regime de competência em atendimento as NBCASP. Para tanto, a execução orçamentária e fiscal dos atos e fatos contábeis se baseou nas políticas de registros patrimoniais dos grupos descritos a seguir:

**b.2.1 O caixa e equivalente de caixa:** Incluem dinheiro, demais valores depositados em instituições bancárias e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

**b.2.2 Créditos a curto prazo:** Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

**b.2.3 Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo:** São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do município. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

**b.2.4 Estoques:** Compreendem as mercadorias para uso (dentre elas, os estoques reguladores do município), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Os estoques, são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

**b.2.5 Ajuste para perdas dos créditos tributários:** Os créditos tributários são ajustados contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida em 01 de janeiro de 2021, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de 2021, o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação.

**b.2.6 Imobilizado:** O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período. O setor de patrimônio do município deverá fornecer em tempo hábil ao setor contábil as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos a depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (impairment) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas o imobilizado apresenta equivocadamente aumento de valor sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis.

**b.2.7 Intangível:** Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública





ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

**b.2.8 Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão:** Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta, suas autarquias e fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBCASP e o MCASP. Por simetria, adotando os critérios de mensuração utilizados pelo governo federal sugerimos a utilização dos procedimentos contábeis do Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

**b.2.9 Passivo circulante e não circulante:** As obrigações do município são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes (exclusivo no passivo circulante); provisões; e demais obrigações. Além disso, o resultado diferido consta especificamente do passivo não circulante.

**b.2.10 Empréstimos e financiamentos:** Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, do município a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (emissão de títulos da dívida pública) e dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). É realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

**b.2.11 Provisões:** As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; repartição de créditos tributários; provisões matemáticas; e outras. As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e é possível estimar o seu valor com suficiente segurança. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis do município, está registrada no passivo não circulante.

**b.2.12 Apuração do resultado:** No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro. A apuração do resultado patrimonial consiste no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superavit/Deficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. O regime orçamentário do município segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do município. No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do município, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

**b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas:** Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas nos demonstrativos decorrentes de normas de contabilidade ou que tenham por objetivo tornar a informação confiável e relevante sobre os efeitos das transações ou outros eventos ou condições acerca da posição orçamentária, patrimonial, do resultado patrimonial ou dos fluxos de caixa.

**b.4. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:** Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Balanço Orçamentário. A classificação de ativos, a constituição de provisões, o reconhecimento de variações patrimoniais e a transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outros órgãos e entidades serão apontados nas notas explicativas do balanço patrimonial.



## C) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DAS REFERÊNCIAS CRUZADAS

### c.1.Referências cruzadas e notas explicativas:

A seguir serão apresentadas de forma sistemática as referências cruzadas com o título "Nota" seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando a interpretação dos usuários.

**Nota 1) VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS:** As variações patrimoniais aumentativas do exercício de 2021 totalizaram R\$ 19.182.693,20. Acréscimo de R\$ 5.564.131,50 quando comparado com o exercício de 2019 que foi de R\$ 13.618.561,71.

| VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS                            |      |                      |                      |
|--|------|----------------------|----------------------|
| ESPECIFICAÇÃO  | Nota | Exercício Atual      | Exercício Anterior   |
| <b>IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA</b>             |      | <b>630.977,04</b>    | <b>724.037,57</b>    |
| IMPOSTOS   |      | 541.435,05           | 662.408,42           |
| TAXAS  |      | 89.541,99            | 58.734,83            |
| CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA                                      |      | 0,00                 | 2.894,32             |
| <b>CONTRIBUIÇÕES</b>   |      | <b>143.953,87</b>    | <b>30.931,83</b>     |
| CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA                             |      | 143.953,87           | 30.931,83            |
| <b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS</b>         |      | <b>12.159,94</b>     | <b>8.094,17</b>      |
| JUROS E ENCARGOS DE MORA                                       |      | 4.832,32             | 7.129,47             |
| REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS    |      | 7.327,62             | 964,70               |
| <b>TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS</b>                   |      | <b>16.633.711,89</b> | <b>12.851.934,37</b> |
| TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS                            |      | 16.633.711,89        | 12.851.934,37        |
| <b>VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PA</b> |      | <b>14.709,49</b>     | <b>1.380,01</b>      |
| GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS                         |      | 14.709,49            | 1.380,01             |
| <b>OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>              |      | <b>1.747.180,97</b>  | <b>2.183,76</b>      |
| DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS                   |      | 1.747.180,97         | 2.183,76             |
| <b>TOTAL DAS VARIAÇÕES AUMENTATIVAS</b>                        |      | <b>19.182.693,20</b> | <b>13.618.561,71</b> |
| <b>RESULTADO PATRIMONIAL (DÉFICIT)</b>                         |      | <b>5.510.487,68</b>  | <b>203.450,60</b>    |
| <b>TOTAL</b>   |      | <b>24.693.180,88</b> | <b>13.822.012,31</b> |

**Nota 3) VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS:** As variações patrimoniais diminutivas do exercício de 2021 totalizaram 24.693.180,88. Houve um aumento de R\$ 10.871.168,57, quando comparado com o exercício de 2020 que foi de R\$ 13.822.012,31



| VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS                            |      |                      |                      |
|---|------|----------------------|----------------------|
| ESPECIFICAÇÃO   | Nota | Exercício Atual      | Exercício Anterior   |
| <b>PESSOAL E ENCARGOS</b>                                     |      | <b>12.481.252,66</b> | <b>3.231.413,57</b>  |
| REMUNERAÇÃO A PESSOAL   |      | 3.516.373,87         | 2.572.441,39         |
| ENCARGOS PATRONAIS  |      | 8.964.878,79         | 658.972,18           |
| <b>BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS</b>             |      | <b>536.869,20</b>    | <b>599.796,01</b>    |
| APOSENTADORIAS E REFORMAS                                     |      | 536.869,20           | 599.796,01           |
| <b>USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO</b>        |      | <b>3.942.943,95</b>  | <b>3.568.636,32</b>  |
| USO DE MATERIAL DE CONSUMO                                    |      | 1.349.778,26         | 635.259,75           |
| SERVIÇOS  |      | 2.340.700,55         | 2.516.212,13         |
| DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO                            |      | 252.465,14           | 417.164,44           |
| <b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS</b>         |      | <b>39.092,45</b>     | <b>18.975,07</b>     |
| JUROS E ENCARGOS DE MORA                                      |      | 39.092,45            | 18.975,07            |
| <b>TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS</b>                 |      | <b>7.492.285,80</b>  | <b>6.225.078,33</b>  |
| TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS                            |      | 7.492.285,80         | 6.225.078,33         |
| <b>DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PAI</b> |      | <b>50.070,97</b>     | <b>0,00</b>          |
| REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS |      | 50.070,97            | 0,00                 |
| <b>TRIBUTÁRIAS</b>  |      | <b>133.047,35</b>    | <b>4.324,53</b>      |
| CONTRIBUIÇÕES   |      | 133.047,35           | 4.324,53             |
| <b>OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>              |      | <b>17.618,50</b>     | <b>173.788,48</b>    |
| PRÊMIAÇÕES  |      | 0,00                 | 62.675,47            |
| DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS                   |      | 17.618,50            | 111.113,01           |
| <b>TOTAL DAS VARIAÇÕES DIMINUTIVAS</b>                        |      | <b>24.693.180,88</b> | <b>13.822.012,31</b> |
| <b>TOTAL</b>  |      | <b>24.693.180,88</b> | <b>13.822.012,31</b> |

**Nota 4) INCORPORAÇÃO DE ATIVOS:** Houve incorporação de ativos imobilizados na ordem de R\$ 430.064,10

| VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS<br>(DECORRENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA) |      |                   |                    |
|---|------|-------------------|--------------------|
| ESPECIFICAÇÃO   | Nota | Exercício Atual   | Exercício Anterior |
| <b>INCORPORAÇÃO DE ATIVO</b>  |      | <b>430.064,10</b> | <b>7.999,00</b>    |
| INVESTIMENTOS   |      | 430.064,10        | 7.999,00           |
| <b>DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVO</b>   |      | <b>328.572,30</b> | <b>253.224,21</b>  |
| AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA   |      | 328.572,30        | 253.224,21         |

**Nota 5) DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS:** Foram pagos de dívida consolidada o montante de R\$ 328.572,30 resultante da execução orçamentária que gerou desincorporação de passivos

**Nota 7) DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS:** Houve uma desincorporação de ativos na ordem de R\$ 0,00 para o exercício de 2021.

## D) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

**d.1. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:** Os ativos e passivos contingentes poderão ser reconhecidos nas demonstrações contábeis nas contas de controle dos atos potenciais ativos e passivos.

**d.2. Divulgações não financeiras:**  
Não se aplica a este demonstrativo.



**d.3.Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:**

Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

**d.4.Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:**

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo

**E) SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA MANTIDOS, MAS QUE NÃO ESTEJAM DISPONÍVEIS PARA USO IMEDIATO POR RESTRIÇÕES LEGAIS OU CONTROLE CAMBIAL:**

| 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|------------|------------|
| R\$ 0,00   | R\$ 0,00   |
| R\$ 0,00   | R\$ 0,00   |

**F)INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE FINANCIAMENTOS QUE NÃO ENVOLVEM O USO DE CAIXA:**

| 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|------------|------------|
| R\$ 0,00   | R\$ 0,00   |
| R\$ 0,00   | R\$ 0,00   |

**G) INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS PELO ANEXO X E XI DA RESOLUÇÃO TCE- PE Nº 147/2021 E PELO ÍNDICE DE CONSISTÊNCIA E CONVERGÊNCIA CONTÁBIL (ICC) DO TCE-PE:**

**d.1.Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:** Não houve registro de passivos contingentes. Os ativos e passivos contingentes poderão ser reconhecidos nas demonstrações contábeis nas contas de controle dos atos potenciais ativos e passivos.

**d.2.Divulgações não financeiras:** Não se aplica a este demonstrativo.

**d.3.Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:** Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

**d.4.Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:** Não houve ajustes decorrentes de omissões e erros de registros do exercício







|                |   |                        |                    |                       |
|----------------|---|------------------------|--------------------|-----------------------|
| 1              | Verificar os ativos e passivos contingentes que devem ser lançados em contas de controle e em notas explicativas  | Setor de Contabilidade | 31/12/2021         | Concluída             |
| <b>AÇÃO</b>    | <b>4. Reconhecimento, mensuração e evidênciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.</b>  |                        |                    |                       |
| <b>SUBAÇÃO</b> |   | <b>REPONSÁVEL</b>      | <b>PRAZO FINAL</b> | <b>SITUAÇÃO ATUAL</b> |
| 1              | Reconhecimnto e evidênciação dos bens móveis, avaliação e depreciação   | Setor de Contabilidade | 31/12/2020         | Concluída             |
| 2              | Reconhecimnto e evidênciação dos bens imóveis, avaliação e depreciação  | Setor de Contabilidade | 31/12/2021         | Concluída             |
| <b>AÇÃO</b>    | <b>5. Reconhecimento, mensuração e evidênciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).</b>   |                        |                    |                       |
| <b>SUBAÇÃO</b> |   | <b>REPONSÁVEL</b>      | <b>PRAZO FINAL</b> | <b>SITUAÇÃO ATUAL</b> |
| 1              | Obrigações e Provisões para o 13º salário<br>Obrigações decorrentes do 13º salário, por competencia, devidas a servidores efetivos, comissionados e contratados.  | Setor de Contabilidade | 31/12/2018         | Concluída             |
| 2              | Obrigações e Provisões para férias<br>Obrigações decorrentes de férias adquiridas, por competencia, devidas a servidores efetivos, comissionados e contratados.   | Setor de Contabilidade | 31/12/2018         | Concluída             |
| <b>AÇÃO</b>    | <b>6. Reconhecimento, mensuração e evidênciação das obrigações com fornecedores por competência.</b>  |                        |                    |                       |
| <b>SUBAÇÃO</b> | <b>PRODUTO</b>  | <b>REPONSÁVEL</b>      | <b>PRAZO FINAL</b> | <b>SITUAÇÃO ATUAL</b> |
| 1              | Empenhamento da Despesa por competência   | Secretaria da Câmara   | Realizado          | Concluída             |
| 2              | Processamento da Despesa por competência  | Secretaria da Câmara   | Realizado          | Concluída             |
| <b>AÇÃO</b>    | <b>7. Recolhimento, mensuração e evidênciação das demais obrigações por competência.</b>  |                        |                    |                       |
| <b>SUBAÇÃO</b> |   | <b>REPONSÁVEL</b>      | <b>PRAZO FINAL</b> | <b>SITUAÇÃO ATUAL</b> |
| 1              | Demais obrigações lançadas por competência  | Secretaria da Câmara   | a ser definido     | Concluída             |
| <b>AÇÃO</b>    | <b>8. Recolhimento, mensuração e evidênciação de software, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.</b> |                        |                    |                       |
| <b>SUBAÇÃO</b> |   | <b>REPONSÁVEL</b>      | <b>PRAZO FINAL</b> | <b>SITUAÇÃO ATUAL</b> |
| 1              | Mensuração e evidênciação de bens intangíveis<br>Adequação do sistema para reconhecimento e contabilização dos bensintangíveis  | Setor de Contabilidade | 31/12/2022         | Concluída             |

Brejo-PE , 31 de dezembro de 2021.

ELISABETH BARROS DE SANTANA  
PREFEITA

Eder Marcone Vieira Contador

CRC/PE nº 027904/0-8